

HS Financeira S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2018 e
2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e aos acionistas da
HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Dois Irmãos - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balço patrimonial

em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2018	30/06/2017
Ativo			
Disponibilidades		108	167
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	83.904	78.428
Títulos e valores mobiliários	4	389	919
Operações de crédito	5	99.973	107.699
Operações de crédito setor privado		121.992	119.349
Provisão p/ oper. cré. liquid. duvidosa		(22.019)	(11.650)
Outros créditos		32.698	41.694
Adiantamentos diversos		44	11
Impostos e contr. a compensar	6	343	344
Títulos e créditos a receber	5	36.699	44.320
Devedores diversos		1.051	1.754
Provisão p/ outros créditos	5	(5.439)	(4.735)
Despesas antecipadas		153	735
Despesas antecipadas		153	735
Total do ativo circulante		217.225	229.642
Realizável a longo prazo		4.698	4.626
Operações de crédito	5	2.836	3.103
Operações de crédito setor privado lp		3.541	3.149
Provisão p/ oper. cré. liquid. duvidosa LP		(705)	(46)
Outros créditos		1.862	1.523
Títulos e créditos a receber LP	5	1.651	1.139
Provisão para outros créditos lp	5	(27)	(7)
Devedores p/ depósito garantia		238	391
Permanente		190	223
Imobilizado de uso		123	131
Imobilizações de uso		241	220
Depreciações acumuladas		(118)	(89)
Intangível		67	92
Intangível		149	148
Amortização acumulada		(82)	(56)
Total do ativo não circulante		4.888	4.849
Total do ativo		222.113	234.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balanço patrimonial

em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2018	30/06/2017
Passivo			
Depósitos		<u>-</u>	<u>8</u>
Depósitos		-	8
Recursos de aceites e emissão de títulos	7	<u>25.143</u>	<u>40.570</u>
Recursos de aceites cambiais		25.143	40.570
Outras obrigações		<u>38.427</u>	<u>44.536</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhadas		72	122
Sociais e estatutárias		7.000	2.611
Fiscais e previdenciárias		416	1.047
Diversas	8	30.939	40.756
Total do passivo circulante		<u>63.570</u>	<u>85.114</u>
Exigível a longo prazo		<u>87.543</u>	<u>71.887</u>
Recursos de aceites e emissão de títulos	7	<u>85.702</u>	<u>70.052</u>
Recursos de aceites cambiais		85.702	70.052
Outras obrigações	8	<u>1.841</u>	<u>1.835</u>
Diversas		1.841	1.835
Patrimônio líquido		<u>71.000</u>	<u>77.490</u>
Capital social	12	67.000	67.000
De domiciliados no País		67.000	67.000
Reservas de lucros		4.000	10.490
Reserva legal		3.180	3.218
Reservas estatutárias	12	820	7.272
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>222.113</u>	<u>234.491</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		29.726	32.956
Operações de crédito	14	27.306	28.634
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		2.420	4.322
Despesas da intermediação financeira		(23.965)	(16.857)
Operações de captação no mercado		(3.876)	(6.696)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(20.089)	(10.161)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.761	16.099
Outras receitas/despesas operacionais		(7.629)	(7.112)
Rendas de prestação de serviços	15	1.489	1.542
Despesas de pessoal		(1.647)	(1.546)
Outras despesas administrativas	16	(6.130)	(5.800)
Despesas tributárias		(1.207)	(1.249)
Despesas deprec./amortização		(31)	(29)
Outras receitas/despesas operacionais	17	(103)	(30)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.868)	8.987
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.363)	(3.079)
Provisão para imposto de renda		(749)	(1.701)
Provisão para contribuição social		(614)	(1.378)
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre		(3.231)	5.908
Juros sobre capital próprio	10	(2.519)	(2.643)
Quantidade de ações	12	67.000	67.000
Lucro líquido por ação R\$		(0,05)	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225
Resultado líquido do período	-	-	-	5.908	5.908
Destinação:					
Reserva Legal	-	164	-	(164)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.643)	(2.643)
Retenção de Lucros	-	-	3.101	(3.101)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	67.000	3.218	7.272	-	77.490
Mutações do período	-	164	3.101	-	3.265
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.000	3.180	6.570	-	76.750
Resultado líquido do período	-	-	-	(3.231)	(3.231)
Destinação:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.519)	(2.519)
Reserva estatutária	-	-	(5.750)	5.750	-
Saldos em 30 de junho de 2018	67.000	3.180	820	-	71.000
Mutações do período	-	-	(5.750)	-	(5.750)

HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre	(3.231)	5.908
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciação e amortização	30	29
Despesas para Crédito de Liquidação Duvidosa	20.089	10.161
Provisão Aceites Cambiais	3.876	6.696
Perda por redução valor recuperável do ativo imobilizado	2	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.363	3.079
Provisão para Contingências	19	(257)
Lucro líquido ajustado	22.148	25.616
Variações nos ativos e passivos	(24.847)	(57.210)
(Aumento) em operações de créditos	9.681	(15.513)
(Aumento) / redução em despesas antecipadas	288	(582)
(Aumento) / redução em outros créditos	410	(245)
(Aumento) em aplicações Interfinanceiras	(16.567)	(34.328)
(Redução) em recursos e aceites cambiais	(4.379)	(2.679)
(Redução) / aumento em outras obrigações	(12.691)	(803)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.589)	(3.060)
Caixa proveniente das atividades operacionais	(2.699)	(31.594)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativo permanente	(20)	(42)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20)	(42)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(2.719)	(31.636)
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	36.225	76.822
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	33.506	45.186
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(2.719)	(31.636)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de agosto de 2018.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

b. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

d. Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos.

e. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica fixadas por espécie de bens.

f. Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 20%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g.1 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem basicamente:

- De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica da Financeira. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

h. Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Instituição	Vencimento	2018	2017
<i>Operações Compromissadas / Posição Bancada</i>			
<i>Depósito Interbancário</i>	Até 30 dias	33.009	44.100
<i>Depósito Interbancário</i>	Até 01 ano	50.895	34.328
	TOTAL	83.904	78.428
 <i>Títulos e Valores Mobiliários</i>			
<i>Cotas de Fundo de Investimento</i>	Até 30 dias	389	919
	TOTAL	389	919

As aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são mantidos até o vencimento.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5 Operações de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

a. Composição das operações de crédito por modalidade

Operações de Crédito	2018	2017
Financiamentos	85.794	78.566
Outros créditos com características de concessão de crédito	38.348	45.460
Empréstimos	34.429	38.255
Antecipação de recebíveis	5.312	5.676
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – outros créditos	(5.466)	(4.742)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - créditos	(22.724)	(11.696)
TOTAL	135.693	151.519

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito

Concentração das operações de crédito	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	7.297	4,45	8.282	4,93
50 seguintes maiores devedores	2.737	1,67	2.752	1,64
100 seguintes maiores devedores	1.275	0,78	1.212	0,72
Demais devedores	152.574	93,10	155.711	92,71
Total	163.883	100,00	167.957	100,00

c. Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	2018	2017
Carteira de crédito						
Vencidos	10.048	922	13.906	6.717	31.593	21.459
A vencer						
Até 3 meses	13.079	3.211	38.489	15.937	70.716	80.599
De 3 a 12 meses	9.587	742	32.008	14.045	56.382	61.611
De 1 a 3 anos	1.552	438	1.390	1.651	5.031	3.939
Após 3 anos	161	-	-	-	161	349
Total da carteira	34.427	5.313	85.793	38.350	163.883	167.957
Circulante	32.714	4.875	84.403	36.699	158.691	163.669
Realizável a longo prazo	1.713	438	1.390	1.651	5.192	4.288

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen.

Níveis	2018			2017		
	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito
AA	-	-	-	-	-	-
A	233	99.741	501	2.854	121.940	624
B	1.477	10.712	122	4.280	8.203	125
C	3.099	7.517	318	3.206	4.773	239
D	1.861	5.164	702	62	3.267	333
E	35	4.717	1.425	38	2.872	873
F	120	5.391	2.756	-	2.846	1.423
G	3	4.829	3.383	9	2.642	1.856
H	2.259	16.725	18.983	117	10.848	10.965
Total	9.087	154.796	28.190	10.566	157.391	16.438

e. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo inicial	20.823	16.631
Créditos baixados contra prejuízo	(12.722)	(10.354)
Constituição/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.089	10.161
Saldo final	<u>28.190</u>	<u>16.438</u>

As operações renegociadas no exercício findo em 30 de junho de 2018 montam a R\$ 7.707 mil (R\$ 7.154 mil em 30 de junho de 2017).

No exercício findo em 30 de junho de 2018, foram recuperados créditos no montante de R\$ 2.963 mil (R\$ 2.662 em 30 de junho de 2017).

6 Impostos e contribuições a compensar

Composição dos impostos e das contribuições a compensar:

Tributo	2018	2017
IRPJ a compensar	47	47
CSLL a compensar	51	51
PIS a compensar	1	1
COFINS a compensar	244	245
Total	<u>343</u>	<u>344</u>

7 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 110% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2018	2017
A vencer até 3 meses	15.274	17.686
A vencer de 3 a 12 meses	9.869	22.884
A vencer de 1 a 3 anos	85.702	70.052
Total	110.845	110.622
Circulante	25.143	40.570
Exigível a longo prazo	85.702	70.052

8 Outras obrigações diversas

Composição da conta:

Diversas	2018	2017
Sociedades ligadas e coligadas (a)	24.576	31.291
Credores diversos - país (a)	6.931	9.524
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	496	526
Fornecedores diversos	428	474
Provisão para passivos contingentes (c) (Nota 9)	349	776
Total	32.780	42.591
Circulante	30.939	40.756
Exigível a longo prazo	1.841	1.835

- (a) Referem-se a valores a repassar para lojistas e seguradoras.
- (b) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.
- (c) Os valores de provisão para passivos contingentes referem-se às provisões para Processos Trabalhistas e Processos Judiciais.

9 Contingências

A Financeira é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para contingência para a data-base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Financeira possui os seguintes montantes de ações judiciais com perdas provável e valores atualizados:

Natureza	Provável		Possível	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhista	168	549	35	110
Cível	181	228	1.217	628
Total	349	777	1.252	738

Movimentação da provisão para passivos contingentes

	2018	2017
Saldo inicial	329	1.033
Constituição (reversão) de provisão	20	(256)
Saldo final	<u>349</u>	<u>777</u>

10 Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 30 de junho de 2018, foram registrados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.519 mil (R\$ 2.643 em 2017), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil.

11 Saldos e transações com partes relacionadas

A seguir, apresentamos um sumário das transações com partes relacionadas:

	Ativos/Passivos		Receitas/Despesas	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos a Prazo	28.061	32.157	(780)	(1.877)
HS Administradora de Consórcios	13.648	13.272	(283)	(756)
Herval Corretora de Seguros	327	303	(11)	(125)
Ligadas Pessoas Físicas	14.086	18.582	(486)	(996)
Devedores Diversos	895	1.474	24.343	25.971
HS Administradora de Consórcios	2	2	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	893	1.472	24.343	25.971
Credores Diversos	24.576	31.291	(3.096)	(4.820)
Sole Distribuidora de Bensa de Consumo	16	24	-	-
Herval Indústria de Móveis	12	20	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	24.548	31.247	(3.096)	(4.820)
Sociais e Estatutárias	7.000	2.611	(2.519)	(2.643)
Ligadas Pessoas Físicas	7.000	2.611	(2.519)	(2.643)

Remuneração dos administradores

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	2018	2017
Remuneração	138	132
Encargos sociais	35	34
Total	173	166

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital da Financeira é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 2017), composto por 67.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva estatutária em 30 de junho de 2018, no montante de R\$ 820 (R\$ 7.272 em 2017), corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no art. 17º do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Financeira, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

c. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

13 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social:

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(4.387)	6.344
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	7.293	544
Diferenças temporárias de provisões	7.386	(449)
(-) Exclusões por perdas fiscais	(93)	993
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	2.906	6.888
Imposto de renda à alíquota de 25%	727	1.722
Contribuição social à alíquota de 20% (i)	581	1.378
Efeito imposto de renda adic. 10% acima de R\$ 20 mês	(12)	(12)
(-) Deduções por incentivos fiscais	(10)	(9)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.286	3.079

14 Receita de operações de crédito

	2018	2017
Rendas de Financiamentos	14.795	14.448
Rendas Empréstimos Cartão de Crédito	6.422	6.352
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	2.963	2.662
Rendas de Empréstimos	2.488	4.317
Rendas de Títulos Descontados	638	855
Total	27.306	28.634

15 Receita de prestação de serviços

Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras conforme composição abaixo:

	2018	2017
Receita de Comissão Intermediação Cartão Assistência	513	108
Receita de Comissão Trafego Rede Externa	316	356
Rendas de Serviços Prioritários - PF	270	178
Receita de Comissão Intermediação Cartão HS Card	260	710
Tarifa de Transferência Financeira	85	121
Receita de Comissão Seguros	45	69
Total	1.489	1.542

16 Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesa de processamento de dados	1.586	1.573
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.106	1.084
Despesa de cobrança	1.097	1.179
Despesa de serviços de terceiros	1.016	1.027
Despesa de comunicações	601	695
Despesa de serviços técnicos especializados	303	273
Outras despesas administrativas	287	246
Despesas com alugueis	34	34
Despesa de publicação	28	30
Despesas c/conting. civil	19	(395)
Despesas de água, energia e gás	15	16
Despesa de material	12	18
Despesa de transportes	10	5
Despesa de viagem no país	9	7
Despesa de propaganda	5	7
Despesa de seguros	2	1
Total	6.130	5.800

17 Outras receitas e despesas operacionais

	2018	2017
Outras despesas operacionais	(103)	(30)
Total	(103)	(30)

18 Limite operacional (Acordo de Basileia)

Em 30 de junho de 2018, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 15,07%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8,625% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções 4.193/13 e 4.192/13 do Banco Central do Brasil e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução 4.193/13.

19 Gerenciamento do risco

Os acionistas e os administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor da Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta *performance* operacional do gerenciamento de riscos, a HS Financeira S.A. - CFI, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de

possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

- **I - Risco de crédito** - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Financeira de perdas decorrentes de operações de crédito, a HS Financeira constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e a condição de atraso da operação.
- **II - Risco de liquidez** - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da HS Financeira estejam continuamente avaliados e estabelece parâmetros mínimos de caixa a ser observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. Até o momento, a Financeira vem utilizando captação dentro do próprio grupo econômico, mitigando ainda mais esse risco de liquidez, visto que o grupo possui recursos próprios para financiar as operações da Financeira.
- **III - Risco de mercado** - A HS Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e as correlações que venham a impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Nesta linha, a Financeira nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral.
- **IV - Risco operacional** - A HS Financeira adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e da revisão dos riscos e do monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio.